COMITÊ DAS PRESTADORAS DE PEQUENO PORTE - CPPP

ATA da 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 10 de agosto de 2020.

HORÁRIO: 14h30 às 16h30.

LOCAL: Videoconferência por meio do software Microsoft Teams.

MEMBROS DO CPPP PRESENTES:

- 1- Conselheiro da Anatel Emmanoel Campelo de Souza Pereira, Presidente do CPPP;
- 2- Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação da Anatel – SPR;
- 3- Vinícius Oliveira Caram Guimarães, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação – SOR;
- 4- Carlos Manuel Baigorri, Superintendente de Controle de Obrigações - SCO;
- 5- Fábio Lúcio Koleski, Superintendente de Relações com Consumidores – SRC, Substituto;
- 6- Artur Coimbra, representante do Ministério das Comunicações;
- 7- Basílio Rodriguez Perez, representante da ABRINT;
- 8- Edmundo Antônio Matarazzo, representante da ABRANET;
- 9- Robson Lima da Silva, representante da ABRAMULTI;
- 10- Alex Bonalda Jucius, representante da NEOTV;
- 11- Tomas Henrique Fuchs, representante da TELCOMP;

OUTROS PARTICIPANTES:

- 1- Antônio Eduardo Ripari Neger, representante substituto da ABRANET;
- 2- Luiz Felipe Reboredo Nunes, representante substituto da NEOTV;
- 3- João Coutinho de Moura Filho, representante substituto da TELCOMP;
- 4- Ana Paula Vieira dos Santos Soares, Gabinete do Conselheiro Emmanoel Campelo/ANATEL;
- 5- Fabiana Yuka Fujimoto, Gabinete do Conselheiro Emmanoel Campelo/ANATEL;
- 6- Luiza Maria Thomazoni Loyola Giacomini, Assessora da Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação – SOR;
- 7- Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Gerente de Universalização e Ampliação do Acesso - PRUV;
- 8- Fábio Casotti, Gerente de Monitoramento de Relações entre Prestadoras - CPRP;

- 9- Paulo Henrique Martins, Gerência de Universalização e Ampliação do Acesso – PRUV;
- 10- Alexandre Ataíde Gonçalves Oliveira, Gerente de Fiscalização – FIGF;
- 11- Davison Gonzaga da Silva, Gerente de Certificação e Numeração – ORCN;
- 12- Felipe Roberto de Lima, Gerente de Regulamentação – PRRE;
- 13- Rafael Andrade Reis de Araújo, Coordenador da Gerência de Regulamentação – PRRE.

A pedido da Abranet, feito previamente à data de realização da Reunião, foi aprovada pelo presidente do CPPP, a participação dos seguintes convidados, conforme estabelecido no art.13 do Regimento Interno do CPPP:

- 1- Elder Oliveira, Convidado da Abranet;
- 2- Felipe Freitas, Convidado da Abranet;
- 3- Gleverton De Munno, Convidado da Abranet;
- 4- Roger Padovan, Convidado da Abranet.

ASSUNTOS:

1. Abertura

O Conselheiro da Anatel Emmanoel Campelo de Souza Pereira, Presidente do CPPP, abriu a reunião, agradecendo a presença dos membros do Comitê e dos demais participantes. Em seguida, comunicou que haveria um item extrapauta a ser apresentado: a divulgação do Guia de Obrigações das PPPs.

2. Item extrapauta

Paulo Henrique Martins, Especialista da Gerência de Universalização e Ampliação do Acesso – PRUV, anunciou que, em 05 de agosto de 2020, a Agência publicou o Guia de Obrigações das PPPs.

O documento surgiu da necessidade de orientar as PPPs acerca das obrigações as quais estão sujeitas, tendo em vista que são recebidos, com bastante frequência, questionamentos dessas empresas sobre esse tema.

Apesar de ser um documento compacto, o Guia tem a intenção de ser o mais completo possível: abrange as obrigações perante a Anatel (outorga, licenciamento de estações, tributos, envio de dados, etc.), bem como as obrigações relacionadas a prestação dos serviços (obrigações com consumidores, acessibilidade, etc).

Comunicou que, em breve, o Guia seria enviado a todas as prestadoras por e-mail.

Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação da Anatel – SPR, destacou que as contribuições das prestadoras e das associações membros do CPPP são fundamentais para que a Agência possa aprimorar o conteúdo do Guia.

Alex Bonalda Jucius (Neotv) elogiou o documento e disse que ele é um Guia de Bolso para esclarecer as dúvidas das prestadoras de pequeno porte.

Robson Lima da Silva (Abramulti) elogiou a iniciativa de se produzir o Guia e disse que ele é fruto do trabalho feito pelo CPPP. Considerou que o documento ajudará as PPPs a se profissionalizarem ainda mais. Além disso, se disponibilizou a divulgar o Guia e a criar grupos de estudos para propor contribuições ao documento.

Edmundo Antônio Matarazzo (Abranet) afirmou que já está utilizando o Guia com alguns prestadores, a fim de identificar possíveis melhorias no documento.

O Guia pode ser consultado em www.anatel.gov.br > “Regulado” > “Prestadoras de Pequeno Porte” ou diretamente no link: https://www.anatel.gov.br/institucional/index.php?option=com_anexarlink&hash=d457b69289ba2f9468fcd8a68f012528&name=Guia%20das%20Obriga%C3%A7%C3%B5es%20das%20PPPs.pdf.

3. Apreciação da ata da última reunião – Secretário do CPPP

O **Presidente do CPPP** questionou os presentes sobre a aprovação da Ata da última reunião, distribuída antecipadamente em 08 de junho de 2020. Por unanimidade, a Ata foi aprovada.

4. Apresentação, discussão e deliberação sobre os relatórios:

Edmundo Antônio Matarazzo (Abranet) expôs os seguintes argumentos em sua apresentação sobre o tema “Questões Regulatórias sobre o uso de Reforçadores de Sinal e de Bloqueadores de Sinal de Radiocomunicações (BSR)”:

A cobertura móvel é um desafio global. Há duas abordagens possíveis para se estabelecerem obrigações de cobertura:

1. cobertura geográfica: é estabelecido um percentual mínimo do território a ser coberto.
2. disponibilidade de serviço: geralmente é estabelecido um percentual mínimo de população a ser atendida.

Ao analisar casos internacionais, são encontrados países que estabeleceram obrigações de cobertura *indoor* e outros somente *outdoor*. No caso dos EUA, não há obrigação de cobertura *indoor*, pois a FCC

entende que os obstáculos de sinal são inesperados e de diversos tipos e as configurações urbanas também são bastante variadas.

Alguns países, diferentemente do Brasil, optaram por atrelar as obrigações de cobertura ao tipo de tecnologia utilizada, ou seja, há metas diferenciadas para serviços de voz (2G) e para serviços de transmissão de dados (3G, 4G e futuramente o 5G).

A distribuição das ERBs para cobertura geográfica é voltada a cobertura *outdoor*. Em centros urbanos, em que há edifícios próximos um dos outros podem ocorrer áreas de sombras de cobertura dentro dos prédios.

Em alguns países, há uma separação de obrigações de coberturas de áreas urbanas e áreas rurais, considerando que há diferenças de características entre essas duas zonas: as áreas urbanas são densamente povoadas enquanto as áreas rurais são pouco povoadas e com população dispersa no território. Há algumas discussões no Congresso Nacional voltadas a cobertura de rodovias e a Abranet entende que poderia ser utilizada essa diferenciação a fim de aprimorar a cobertura.

Quanto aos bloqueadores de sinais, lembrou que esses equipamentos são considerados equipamentos de usuários, pois seu uso é restrito a área interna dos estabelecimentos prisionais.

Considerou ser necessária a alteração da Resolução nº 308/2002, pois ela se destina a regular os bloqueadores apenas em estabelecimentos penitenciários. Entretanto, na prática, esses equipamentos precisam ser utilizados em outras situações, em outras “áreas de segurança”, por exemplo, para proteção de autoridades, inclusive em eventos temporários. Além disso, é preciso bloquear a aproximação de *drones* em presídios, o que é um complicador, dado que para realizar o bloqueio é necessário extrapolar a área do presídio. Por essa razão, é imprescindível ampliar o âmbito de utilização dos bloqueadores na regulamentação.

Lembrou que o bloqueio não envolve apenas o SMP, em alguns casos é preciso o bloqueio de faixas não licenciadas de Wifi, ou seja, acaba atingindo também o SCM.

Em alguns casos, manter a interferência gerada pelos bloqueadores confinada à área do presídio é muito complexo, visto que é comum haver ERBs bem próximas a esses estabelecimentos, o que faz com que os bloqueadores precisem gerar uma interferência mais forte para realizar o bloqueio.

Ainda em relação aos problemas da Resolução 308/2002, citou que ela estabelece que antes de instalar o bloqueador, o gestor deverá entrar em contato com as operadoras da região, a fim de ajustar os níveis do bloqueador. A primeira dificuldade do gestor é identificar todas as operadoras que atendem a região. A segunda é que as prestadoras não

dão prioridade aos pedidos dos gestores: os prazos estabelecidos pelas prestadoras para analisarem a instalação de bloqueadores são demasiadamente longos.

Outro problema, é que as prestadoras fazem alterações em suas redes sem comunicar aos gestores dos bloqueadores. Com isso, os bloqueadores não funcionam adequadamente até que o gestor descubra o que foi alterado e faça a reconfiguração dos bloqueadores.

Sugeri que, nas proximidades dos presídios, seja adotado um modelo semelhante ao que é feito nas proximidades dos aeroportos: há um controle para limitar a altura das torres e do direcionamento das antenas. Quanto menor é o nível de sinal nas áreas de segurança, menor é o custo da atividade de bloqueio.

Outro problema da Resolução é que ela estabelece punições apenas para o usuário do bloqueador.

Devido aos problemas citados, sugeri a criação de um foro, supervisionado pela Anatel, a fim de conciliar a relação das prestadoras com os usuários dos bloqueadores. Além disso, sugeri que seja mantido pela Anatel um registro dos bloqueadores para que as prestadoras possam consultá-lo.

Quanto aos reforçadores de sinais, citou que há uma Consulta Pública feita pela Ouvidoria da Anatel e um Plano de Ação que visava tratar de um problema específico: a interferência desses equipamentos no SMP. Sua apresentação foi voltada a apontar os pontos que precisam ser melhorados no Plano de Ação.

O Plano de Ação estabeleceu que utilizar um reforçador de sinal sem autorização da Anatel, poderá ser considerado como uso clandestino, o que pode ser agravado se o reforçador causar interferências.

Na época de elaboração do Plano de Ação, havia cerca de 500 mil reforçadores de sinais e apenas 45 reclamações de interferência. Pelo baixo número de reclamações, a Abranet entende que o Plano de Ação foi desproporcional, visto que pode colocar 500 mil reforçadores na condição de clandestinos.

Disse que o uso de reforçadores é comum em outros países. Por exemplo, nos EUA, a FCC estimula o seu uso *indoor* e nas regiões mais afastadas, que possuem sinal de baixa intensidade.

Afirmou que durante a elaboração do Plano de Ação, os fabricantes fizeram propostas para melhorar o controle dos reforçadores, as quais não foram acatadas, por exemplo: registro dos equipamentos, criação de um site contendo informações sobre os reforçadores, identificação dos usuários através da nota fiscal de compra, etc.

O Plano de Ação obrigou que, na certificação, os reforçadores fossem categorizados como “seletivos”, o que exige um alto monitoramento e um regime de controle mais automático, que por conseguinte aumentam os custos dos equipamentos e o preço ao usuário final. Além disso, o Plano de Ação estabeleceu que estariam proibidos os reforçadores que ampliam todas as faixas, com a justificativa de que eles teriam um maior potencial de interferência.

A Abranet considera que o fato de o usuário ter que pedir anuência prévia da prestadora para utilização dos reforçadores praticamente inviabiliza a utilização desses equipamentos. O ideal seria que a prestadora fosse notificada previamente da utilização do equipamento, mas sem anuência prévia.

Argumentou que o modo como foi estabelecida a certificação dos reforçadores acabou desqualificando a maioria dos equipamentos nacionais.

Os reforçadores utilizam potências similares aos terminais (*smartphones*), dessa forma, têm pouco potencial de causar interferências. Dificilmente, as frequências emitidas por esses dispositivos saem do ambiente *indoor*.

Outro ponto discordância é que se o usuário, após a anuência prévia da prestadora, decidir custear o projeto e instalação do reforçador, o equipamento deverá ser doado à prestadora.

A Abranet sugeriu que haja uma conexão entre a rede do SMP com a rede do SCM, a fim de levar cobertura móvel a lugares desatendidos.

Antônio Eduardo Ripari Neger (membro-substituto da Abranet) expôs os seguintes tópicos:

Em síntese, demonstrou as técnicas de bloqueio, posicionamento dos bloqueadores e dificuldades para se realizar o bloqueio (ERBs muito próximas a unidades prisionais, espessura das paredes das unidades prisionais, vazamento de bloqueio, etc).

Citou a dificuldade em manter-se o bloqueio confinado a área interna das unidades prisionais. A fim de contornar essa dificuldade é necessária a instalação de diversos bloqueadores de baixa potência direcionais.

Existem poucas unidades prisionais no país com bloqueadores. Por exemplo, no estado de São Paulo há cerca de 200 unidades prisionais, mas apenas 29 delas possuem esses equipamentos. Para realizar o bloqueio dessas 29 unidades, são necessários aproximadamente 5.500 bloqueadores.

Além das diversas faixas de frequência do SMP, o bloqueio também precisa incluir os sinais de wi-fi (SCM).

Quando a unidade prisional é próxima a grandes centros urbanos, o desafio de realizar o bloqueio é ainda maior, pois o nível de sinal que chega a esses locais é muito alto.

Sugeri que haja integração entre as prestadoras e o operador do bloqueador, a fim de que o sistema funcione adequadamente. É necessário que os operadores dos bloqueadores tomem conhecimento das alterações das redes das prestadoras, para que possam reconfigurar os bloqueadores.

Quanto aos *drones*, citou que eles operam geralmente em frequências não licenciadas de 2.4 GHz ou 5,8 GHz. Ao realizar o bloqueio, por exemplo, para proteger uma autoridade, corre-se o risco de o bloqueador interferir em PPPs situadas na área de atuação do bloqueador. Por essa razão, reforçou a importância de que haja um canal de comunicação entre o usuário do bloqueador e as prestadoras.

Apresentou algumas aplicações de uso de reforçadores de sinais em comunidades rurais constantes no Anexo I do Relatório produzido pela Abranet.

Roger Padovan (Convidado da Abranet) discorreu sobre os seguintes aspectos técnicos dos reforçadores de sinais:

Mostrou a evolução dos equipamentos reforçadores desde a década de 90 até a atualidade.

Explicou as diferenças entre repetidores e reforçadores de sinais.

Nos reforçadores de sinais, há um dispositivo atenuador que visa solucionar a maioria dos problemas de realimentação (feedback) de sinal entre o repetidor e a antena externa.

Citou que os reforçadores de sinais são banda larga, não banda seletiva, o que possibilita ao usuário a portabilidade de prestadora.

O Conselheiro da Anatel Emmanoel Campelo de Souza Pereira, Presidente do CPPP, elogiou o relatório e disse que os temas apresentados têm relevância especialmente para a Superintendência de Outorga, tendo em vista que haveria, em breve, uma Reunião Técnica do Conselho Diretor tratando desse tema.

Felipe Freitas (Convidado da Abranet) teceu os seguintes comentários:

Citou uma matéria jornalística de 2018 sobre os excluídos digitais, na qual foi constatada que havia 45 milhões de pessoas nessa situação. Por essa

razão, considera que as ações públicas não podem desestimular o uso de reforçadores, pois isso agravaria ainda mais a situação.

Explicou que há equipamentos reforçadores que têm um controle de ganho e potência inteligente: quando o sinal da operadora está mais forte, o equipamento diminui o uplink e quando o sinal diminui, ele aumenta o uplink.

Argumentou que os reforçadores de banda seletiva, que possuem um alto custo, não são a solução para o fim das interferências, pois eles podem causá-las caso não sejam instalados corretamente.

5. Definição da pauta para a próxima reunião do CPPP e, se for o caso, designação de relatores.

O Conselheiro da Anatel Emmanoel Campelo de Souza Pereira, Presidente do CPPP, considerou a necessidade de se convocar uma reunião extraordinária, tendo em vista a iminência do seguinte tema ser tratado pelo Conselho Diretor: “Efeitos concorrenciais sobre as PPPs, da venda dos ativos da Oi Móvel para grupos detentores de Poder de Mercado Significativos - PMS. Alternativas para os 'condicionantes' para a aprovação da transação”.

Definiu que a data provável da reunião extraordinária seria 11 de setembro de 2020 às 14:30 e que a relatoria seria de competência da Telcomp.

Quanto a próxima reunião ordinária, definiu que a data provável seria em 09 de novembro de 2020 às 14:30 e que a relatoria também seria de competência da Telcomp, sobre o seguinte tema: “Proposta de um Plano Nacional para Regularização de Redes Aéreas”. Pediu que o relator também incluísse em seu relatório outros temas correlatos, a exemplo da reativação da Comissão de Resolução de Conflitos sobre Uso de Postes.

Solicitou que a Secretaria do CPPP enviasse à Telcomp os Relatórios de Compartilhamento de Postes, apresentados na 3ª Reunião Ordinária do CPPP, a fim de evitar que a próxima reunião repetisse os mesmos tópicos abordados anteriormente.

Nenhum dos membros apresentou objeção aos temas e às datas das reuniões propostas pelo Presidente do CPPP.

6. Outros temas abordados.

Edmundo Antônio Matarazzo (Abranet) sugeriu como tema para as futuras reuniões do CPPP a utilização do espectro (White Spaces, faixas para o SCM, 5G, etc). Citou a importância de a Agência ouvir as sugestões das PPPs sobre esses temas e que a Abranet está procurando soluções com fabricantes nacionais, os quais são os mais aptos a atenderem as necessidades das PPPs.

Em resposta a essa sugestão, o **Conselheiro da Anatel Emmanoel Campelo de Souza Pereira, Presidente do CPPP**, disse que concorda com a relevância desses temas e que eles serão inseridos, na medida do possível, nas pautas do CPPP. Lembrou também que as PPPs podem se manifestar nas Consultas Públicas.

Robson Lima da Silva (Abramulti) perguntou como estão os andamentos da elaboração de regulamentação visando o bloqueio de pirataria de TV por assinatura.

Vinícius Oliveira Caram Guimarães, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação – SOR, ressaltou que a Agência participa do CNCP (Conselho Nacional de Combate à Pirataria). Há uma ação conjunta entre a Superintendência de Outorga e a Superintendência de Fiscalização atuando na certificação, para que não sejam permitidos equipamentos que façam uso ilegal de IPTV. Além disso, há uma ação para que a Anatel seja anuente do SISCOMEX (Sistema Integrado de Comércio Exterior), o que permitirá a barragem desses equipamentos ilegais.

Felipe Roberto de Lima, Gerente de Regulamentação – PRRE, comunicou que recentemente foi criado um Grupo de Trabalho Conjunto entre a Anatel e a Ancine e que já foram realizadas duas reuniões para discussão do tema no grupo.

Alex Bonalda Jucius (Neotv) afirmou que, além do bloqueio dos equipamentos ilegais, é importante o bloqueio administrativo do conteúdo, o que depende dos titulares de direito (programadores) e cuja competência de

regulação é da Ancine. Por essa razão, considera importante uma Resolução em Conjunto entre a Anatel e Ancine. O que permitirá que sejam feitos bloqueios administrativos, sem a necessidade de realização de bloqueios judiciais.

7. Encerramento.

O Conselheiro da Anatel Emmanoel Campelo de Souza Pereira, Presidente do CPPP, encerrou os trabalhos, e agradeceu a participação dos membros.